



PREFEITURA DE SANTOS
Secretaria de Educação



UME EDMEA LADEVIG

ANO: 7ºs A, B e C

COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA

PROFESSOR LUIZ ANTONIO CANUTO DOS SANTOS

PERÍODO DE 31/07 A 14/08/2020

Habilidades:

(EF07HI11A) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos físicos e digitais.

ROTEIRO DE ESTUDOS

O Sistema de Capitanias Hereditárias no Brasil

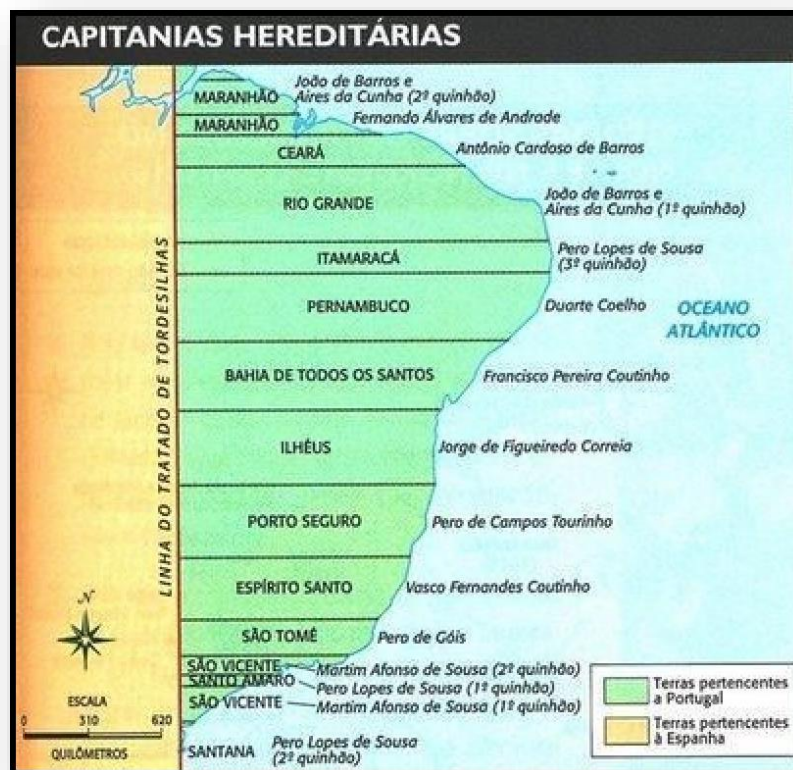
Sugestão de vídeo:	
Capitanias hereditárias	 Ou https://youtu.be/SYw4Brhn4Po

No início da colonização brasileira, a Coroa portuguesa estava interessada no lucrativo comércio

oriental com as Índias. Por essa razão, os portugueses viam no Brasil apenas uma fonte para a extração do pau-brasil, que existia abundantemente em nossas matas. Inicialmente, portanto, o extrativismo foi a principal prática econômica nesse território e poucas expedições foram realizadas para conhecê-lo melhor, limitando-se à proteção do litoral.

O **Tratado de Tordesilhas** dividiu as terras recém-descobertas entre Portugal e Espanha e causou o descontentamento de outras nações europeias, que demonstraram interesse nas novas terras da Coroa Portuguesa. Por essa razão, França, Inglaterra e Holanda passaram a ser vistas como uma ameaça e isso fez com que os portugueses repensassem a forma como estavam ocupando sua colônia.

Em 1530 foi enviada ao Brasil uma expedição capitaneada por Martim Afonso de Sousa, trazendo os primeiros colonos para ocupar definitivamente as novas terras coloniais. Caberia, então, a esses colonos desenvolver uma economia local, povoar e fundar vilas, assegurando a posse das terras à Coroa portuguesa. O rei de Portugal, entretanto, não possuía os recursos econômicos para garantir os armamentos e soldados necessários para proteger uma extensão de terras tão vasta e, por isso, em 1534 decidiu dividir o novo território em 15 partes, chamadas de **capitanias hereditárias**.



Como é possível observar nas imagens acima, cada capitania era um lote que ia do litoral ao limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Elas foram entregues a cidadãos portugueses pertencentes à pequena nobreza, para que exercessem o **direito de posse** sobre as terras, cuja proprietária era a Coroa portuguesa. Cada um desses cidadãos foi chamado de **capitão donatário** e representava o poder supremo dentro de sua própria capitania. Cabia a eles a obrigação de governar, colonizar e desenvolver a região com seus próprios recursos e o direito de exploração sobre aquelas terras.

Dessa forma, Portugal garantiu a continuidade de seu domínio sobre as terras brasileiras colocando-as sob a posse de agentes diretamente interessados em mantê-las sob controle e, portanto, longe de invasores estrangeiros. Dois documentos fundamentaram essa

ligação entre Portugal e cada capitão donatário:

- **Carta de doação:** dava ao donatário a posse hereditária da capitania, informando que após sua morte seus descendentes continuavam a administrá-la, sendo proibida a sua venda.
- **Carta foral:** declarava os direitos e deveres de cada donatário para com as terras, entre os quais estavam:
 - A criação de um vilarejo e a doação de terras, chamadas **sesmarias**, a quem demonstrasse interesse em cultivá-las, desenvolvendo atividades econômicas lucrativas. Os sesmeiros passavam a ser donos efetivos da terra após dois anos de uso e a grande extensão dessas terras era uma prática condizente às exigências do sistema de monocultura, inaugurado pela plantação de cana-de-açúcar no Brasil.
 - Desempenhar o papel de autoridade judicial e administrativa com plenos poderes, até mesmo autorizar a pena de morte, caso fosse necessário.
 - Escravizar os índios no trabalho na lavoura.
 - O direito exclusivo de exploração do Pau-Brasil e de receber a vigésima parte dos lucros sobre o comércio do Pau-Brasil.
 - Entregar à Coroa portuguesa $\frac{1}{5}$ dos metais preciosos encontrados nas terras do donatário e 10% da receita adquirida com a comercialização dos produtos da terra.



Carta Foral da capitania de Pernambuco

O fim do sistema de capitanias

Enquanto os donatários tinham que lidar com todos os encargos existentes na capitania, Portugal ficava apenas com seus lucros, sendo o grande beneficiário do acordo. As capitanias não rendiam o lucro esperado pelos donatários, já que os recursos disponíveis para o investimento eram mínimos, havia conflitos frequentes com povos indígenas e Portugal encontrava-se a uma distância muito grande para prestar qualquer ajuda.

Apenas as capitanias de Pernambuco e São Vicente prosperaram, em parte pela colonização essencialmente agrícola e a instalação de engenhos para beneficiar a cana-de-açúcar plantada em grande parte do território das duas capitanias.

Como este sistema não deu certo, o governo adotou, em 1548, o **Governo Geral**, que tinha como objetivo centralizar e dinamizar a colonização, apoiando as capitanias.

EXERCÍCIOS: REGISTRE SUAS RESPOSTAS NO CADERNO

1 Nos primórdios do sistema colonial, as concessões de terras efetuadas pela metrópole portuguesa pretendiam tanto a ocupação e o povoamento como a organização da produção do açúcar, com fins comerciais.

Identifique a alternativa correta sobre as medidas que () Coroa portuguesa adotou para atingir esses objetivos.a. Dividiu o território em governações vitalícias, cujos governadores distribuíram a terra entre os colonos portugueses.

() Distribuiu a terra do litoral entre os mais valentes conquistadores e criou engenhos centrais que garantissem a moenda das safras de açúcar durante o ano inteiro.

() Armou fortemente os colonos para que pudessem defender o território e regulamentou um uso equânime e igualitário da terra entre colonos e índios aliados.

() Vendeu as terras brasileiras a senhores de engenho já experientes, que garantiram uma produção crescente de açúcar.

() Dividiu o território em capitanias hereditárias, cedidas aos donatários, que, por sua vez, distribuíram as terras em sesmarias a homens de posses que as demandaram.

2 Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria através da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro. Essa colonização dirigida pelo governo português se deu através da:

() criação e distribuição de sesmarias

() criação do sistema de governo-geral e câmaras municipais

() criação das capitanias hereditárias

() montagem do sistema colonial.

() criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil

3 Apesar do intuito de Portugal em utilizar as capitanias hereditárias como forma de garantir a colonização e o povoamento do território colonial, as dificuldades econômicas e de enfrentamento das populações indígenas impediram o sucesso das capitanias. Apenas duas capitanias hereditárias conseguiram obter lucros, e eram as capitanias de:

()Espírito Santo e Porto Seguro.

()Rio Grande e Ceará.

()Pernambuco e Maranhão.

()São Vicente e Pernambuco.

()São Vicente e Bahia.

4 Leia o trecho a seguir e assinale a resposta correta:

"[El rei D. João III] ordenou que se povoasse esta província, repartindo as terras por pessoas que se lhe oferecessem para as povoarem e conquistarem à custa de sua fazenda, e dando a cada um cinquenta léguas por costa com todo o seu sertão, para que eles fossem não só senhores mas capitães delas pelo que se chamam e distinguem por capitanias."

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1550-1627). 7 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 103-104.

Ao receber uma capitania hereditária, o donatário recebia também o Foral, um documento onde eram determinados os seus direitos e deveres nas terras a ele concedidas. Dentre esses direitos e deveres não constava:

()o dever de cumprir as funções militares e judiciais na capitania.

()o direito de vender as terras recebidas a terceiros.

() o direito de controlar o direito de passagem nos rios e portos.

() o direito de repassar a concessão das capitanias a um descendente.

() fundar vilas.

5 Não tendo capital necessário para realizar a colonização do Brasil, pois atravessava uma série crise econômica, Portugal decidiu adotar o sistema de capitanias hereditárias.

É correto afirmar que:

() o sistema era regulamentado por dois documentos: a Carta de Doação e o Foral, sendo que na Carta de Doação vinham detalhados os direitos e deveres dos donatários, além dos impostos e tributos a serem pagos.

() as capitanias eram pessoais, transferíveis, inalienáveis e não podiam ser passadas para seus herdeiros.

() a administração política da colônia tornou-se centralizada, assim como a da Metrópole.

() o sistema foi adotado devido à presença de estrangeiros no litoral, à péssima situação econômico-financeira de Portugal e ao seu sucesso nas Ilhas do Atlântico.

() as capitanias foram entregues a capitães-donatários, com o compromisso de promoverem seu povoamento e exploração; contudo, poucos eram os direitos e os privilégios que recebiam em troca.

6 Entre os donatários das capitanias hereditárias (1531-1534), não havia nenhum representante da grande nobreza. Esta ausência indica que:

() a Coroa portuguesa concedia à burguesia, e não à

nobreza, os principais favores e privilégios.

() as possibilidades de bons negócios aqui eram menores do que em Portugal e em outros domínios da Coroa.

() a nobreza portuguesa, ao contrário da espanhola, não teve perspicácia com relação às riquezas da América.

() na América portuguesa, ao contrário do que ocorreu na África e na Ásia, a Coroa foi mais democrática.

() no sistema criado para dar início ao povoamento do Brasil, não havia nenhum resquício de feudalismo.

7 "A sesmaria foi o atrativo utilizado pela Coroa Portuguesa para dispor de recursos humanos e financeiros no processo colonizador." Sobre o sistema de sesmarias, marque a alternativa correta:

() a doação de sesmarias definiu a colonização nos moldes da pequena propriedade agrícola.

() a coroa portuguesa financiou a vinda e instalação dos pequenos proprietários.

() a doação de sesmarias substituiu as fracassadas capitanias hereditárias.

() o sesmeiro tinha posse plena da terra e o dever de torná-la produtiva.

() o sesmeiro não detinha a posse útil da terra, mas apenas o dever de administrá-la.

8 Um dos principais problemas brasileiros da atualidade é a questão da concentração da propriedade da terra. Os meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornal) trazem, todos os dias, matérias sobre invasões promovidas por camponeses sem-terra, mas a falta de terra para quem realmente trabalha nela não é um problema atual. Um instrumento de distribuição de terra do período colonial que comprova a longa duração deste

problema no Brasil é:

- () os Tratados de Saragoça
- () o Regimento Geral.
- () a Carta de Sesmaria.
- () o Tratado de Tordesilhas.

9 A distribuição de capitanias hereditárias como sistema de povoamento e colonização das terras do Novo Mundo, desenvolvido por Portugal, foi um empreendimento planejado, respondendo a uma necessidade nova, decorrente da expansão ultramarina. Sua montagem obedecia a determinadas prescrições que contavam, essencialmente, com as cartas de Doação e de Forais, peças básicas da solução das donatarias. Portanto, a respeito da administração do Estado português na Colônia brasileira, através do sistema de donatarias, é incorreto afirmar que:

() a centralização político-administrativa da Colônia, através do sistema de donatarias, correspondia aos interesses gerais dos donatários.

() numa perspectiva econômica, as capitanias funcionavam, nos quadros da colonização, como grandes empresas, tendo à frente o donatário como empresário, diretamente responsável pelo investimento inicial.

() os amplos poderes dados aos donatários não entravam em contradição com a tendência da política portuguesa, pois importava oferecer condições para o efetivo desenvolvimento da colonização das terras portuguesas.

() as doações hereditárias de vastas províncias brasileiras, com o seu sistema de sesmaria gratuitas, faziam parte do próprio sistema colonial. "O Estado doava títulos e terras para receber divisas".

() interessava à Coroa deixar às mãos de particulares a ocupação das terras, visto que ela não poderia, sem

risco de perder as Índias Orientais, desviar capitais para essa nova empresa que iniciava

10 Conferia aos capitães a posse hereditária da capitania. Eles não eram proprietários das capitanias, mas apenas de uma parcela das terras. Possuíam, entretanto, o direito de administrar toda a capitania e explorá-la economicamente:

- () certidão de posse
- () carta foral
- () escritura temporária
- () carta de doação
- () certidão de posse temporária

